

Governo vê alta de receitas e libera R\$1,7 bilhão em gastos este ano



Esplanada. Com o fim do contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões, vários ministérios serão beneficiados. A lista daqueles que terão a folga na receita será divulgada pelo governo até o fim deste mês.

ALÍVIO NAS CONTAS
Governo prevê alta de receitas e vai liberar R\$ 1,7 bi em gastos

THAIS BARCELLOS
thais.barcellos@oglobo.com.br

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que irá liberar R\$ 1,7 bilhão em gastos que estão congelados no Orçamento deste ano. A medida vem após a equipe econômica econômica projetar um aumento de receitas na reta final de 2024 e ocorre mesmo com a previsão de um gasto maior com despesas obrigatórias. As informações constam do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Executivo, divulgado ontem à noite pelo Ministério do Planejamento. No documento publicado em setembro, o governo havia anunciado um congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos, que agora será reduzido para R\$ 13,3 bilhões.

Por um lado, o relatório indica a necessidade de bloquear mais R\$ 2,1 bilhões por conta de uma previsão maior no crescimento das despesas obrigatórias, como Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Porém, em outra ponta, o governo decidiu ser o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões por conta do aumento de receitas. Dessa forma, o congelamento de recursos do governo caiu. O decreto com a lista dos ministérios que serão beneficiados como alívio nas despesas será publicado até o fim deste mês. Há uma diferença técnica entre "bloqueio" e "contingenciamento". O primeiro ocorre quando há um crescimento de gastos obrigatórios, como a Previdência, e é preciso controlar demais

rubricas, como investimentos. Isso é necessário para não estourar o limite de gastos previsto no arcabouço fiscal, que está no seu primeiro ano de vigência. O contingenciamento, por sua vez, acontece quando há frustração de receitas, ou seja, a arrecadação fica abaixo do previsto. Nesse caso, é necessário segurar gastos enquanto não melhora a entrada de recursos para cumprir a

meta fiscal até o fim do ano. A meta para 2024 é de equilíbrio primário (receitas iguais a despesas), com intervalo de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão divulgada pela equipe econômica é chegar a um déficit de R\$ 28,3 bilhões, próximo ao limite desse intervalo. Antes, a estimativa era de R\$ 28,8 bilhões. Nesta projeção, já estão abatidas as despesas para

enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul (R\$ 38,6 bilhões), assim como R\$ 514 milhões em créditos extraordinários para o combate aos incêndios. Em entrevista ao GLOBO, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já havia sinalizado que seria necessário novo bloqueio diante do aumento das despesas obrigatórias, mas que não deveria ser "um cenário de grande pres-

são adicional", que não deveria superar os R\$ 5 bilhões. A reversão do contingenciamento foi possível, principalmente, pela contabilização de parte das medidas aprovadas no Congresso e sancionadas por Lula para compensar a desoneração da folha de pagamentos de empresas intensivas em mão de obra e municípios. Contribuiu ainda a melhora da atividade econômica, cuja previsão oficial de crescimento do PIB saiu de 2,5% para 3,2%. O governo também espera arrecadar mais com dividendos de empresas estatais, como o BNDES, e com royalties de petróleo. Porém, o relatório reconhece uma grande frustração com uma das apostas para arrecadação extra este ano: os desempates pró-governo nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), uma das principais medidas lançadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para melhorar as contas. A expectativa anterior era de arrecadação de R\$ 37,7 bilhões entre julho e dezembro. Agora, são previstos apenas R\$ 847 milhões até o fim do ano. Esse vai em de receitas, no fim, resultou em uma alta de arrecadação de R\$ 4,3 bilhões para a previsão do governo federal neste ano, suficiente para liberar os recursos.

RENÚNCIA DE R\$ 543 BI Do lado das despesas, o que explica o novo bloqueio de recursos é uma nova alta na previsão de gastos com benefícios, mesmo em meio ao pente-fino em execução pelo governo federal. A reserva de gastos com benefícios previdenciários, por exemplo, já subiu de R\$ 908 bilhões para R\$ 931 bilhões neste ano. Em outra frente, o governo mira 2025 e apressou a conta dos benefícios tributários no Orçamento do ano que vem. Eles chegarão a R\$ 543,6 bilhões em 2025, uma renúncia de receitas R\$ 20 bilhões superior à estimada para 2024. O montante representa quase 20% do total da arrecadação que a Receita Federal espera obter no ano que vem. O benefício mais caro para a União é o Simples Nacional, que responde por mais de 20% do gasto tributário previsto para 2025. A seguir vêm os incentivos para a agricultura e agroindústria, que devem somar R\$ 83 bilhões.

TCU suspende benefícios a setor naval
> O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira suspendeu o efeito de uma medida provisória (MP) do governo federal que concede

benefícios para a indústria naval, por entender que houve ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele suspendeu a habilitação das empresas ao programa até que o TCU analise o tema.
> Oliveira atendeu a uma representação do senador

Ciro Nogueira (PP-P). Ele argumentou que, como renúncia é futura, a MP teria de prever compensação de receitas tributárias.
> AMP reduz o prazo de depreciação para navios-tanque produzidos no Brasil de 20 para 2 anos, com impacto fiscal de R\$

1,6 bilhão entre 2027 e 2031. O governo prevê que esse impacto será inserido nos Orçamentos dos respectivos anos.
> Oliveira também considerou que a MP não cumpre exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. (T.B.)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 17